

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À 7. ^a EDIÇÃO.....	7
NOTA DO AUTOR À 6. ^a EDIÇÃO.....	9
NOTA DO AUTOR À 5. ^a EDIÇÃO.....	11
NOTA DO AUTOR À 3. ^a EDIÇÃO.....	13
NOTA DO AUTOR À 1. ^a EDIÇÃO.....	15
LISTA DE ABREVIATURAS.....	41

PRIMEIRA PARTE

A USUCAPIÃO DE BENS IMÓVEIS

TÍTULO I

A USUCAPIÃO NO CÓDIGO CIVIL

1.1	USUCAPIÃO: GÊNERO DA PALAVRA, CONCEITO E FUNDAMENTO	47
1.1.1	Gênero da palavra <i>usucapião</i>	47
1.1.2	Conceito de usucapião e seus elementos essenciais.....	48
1.1.3	Fundamento da usucapião	49
1.2	A USUCAPIÃO É MODO DE AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE	50
1.2.1	A usucapião é modo originário ou derivado de aquisição da propriedade?	50
1.2.2	A usucapião é forma de prescrição? Origem da expressão “prescrição aquisitiva”, como sinônimo de usucapião.....	52
1.3	A USUCAPIÃO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	54
1.3.1	Usucapião extraordinária e ordinária de bens imóveis. Normas que as disciplinam no atual Código Civil brasileiro.....	54

1.3.2	Usucapião de bens móveis. Artigos que a regulam no referido Código	55
1.3.3	A usucapião especial urbana no Código Civil e na Constituição Federal de 1988. O § 3.º do art. 183 da Carta Magna e a inadmissibilidade de usucapião sobre os imóveis públicos.....	56
1.3.4	Usucapião especial rural ou <i>pro labore</i> na Constituição (art. 191) e na Lei 6.969/1981. Origem da usucapião <i>pro labore</i> (Constituição Federal de 1934, art. 125)	56
1.3.5	A ação de usucapião de terras particulares (arts. 941 a 945 do CPC)	58
1.3.6	A usucapião especial de imóvel urbano e a ação especial coletiva de imóvel urbano, previstas no Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10.7.2001). Os arts. 11 a 14 do Estatuto da Cidade. A usucapião especial de imóvel urbano como instrumento da política urbana	58
1.4	A USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA	59
1.4.1	Requisitos da usucapião extraordinária: posse, tempo, <i>animus domini</i> e objeto hábil.....	60
1.4.2	Posse. Teorias subjetivas e objetivas. As teorias de Savigny e de Ihering. <i>Jus possidendi</i> e <i>jus possessionis</i>	61
1.4.3	Tempo ininterrupto e mansidão da posse. Breves interrupções não quebram a continuidade da posse. Inconformidade e oposição não se confundem.....	62
1.4.3.1	Como se faz a contagem do prazo da usucapião?	66
1.4.4	Posse justa e posse injusta. A violência, a clandestinidade e a precariedade viciam a posse. Os arts. 1.200 e 1.208 do Código Civil. Conceito de posse violenta. Conceito de posse clandestina. Conceito de posse precária. Purgação dos vícios da posse para efeito da usucapião. A violência e a clandestinidade podem ser purgadas. A precariedade não cessa nunca. A opinião de Silvio Rodrigues. O entendimento discordante de Tupinambá Nascimento e de Lenine Nequete. Nosso ponto de vista sobre o assunto	68
1.4.5	O <i>animus domini</i> . O locatário, o comodatário, o usufrutuário e o credor pignoratício não possuem com <i>animus domini</i> . Os fâmulos da posse (caseiros, administradores de fazenda etc.) são meros detentores da posse	72
1.4.6	A sentença e o registro não são requisitos para a aquisição por usucapião. A sentença é meramente declaratória e não consti-	

tutiva de direito. Opiniões favoráveis e contrárias a esse ponto de vista. Qual a função do registro?	76
1.4.7 Objeto hábil. Bens públicos podem ser usucapidos? Situação anterior ao Código Civil brasileiro de 1916. O Decreto 22.785, de 31.5.1933, e o art. 200 do Dec.-lei 9.760, de 5.9.1946, e a imprescritibilidade dos bens públicos. O Código Civil de 1916 e a Súmula 340 do STF. Os arts. 65, 66 e 67 do Código Civil de 1916. Impossibilidade de usucapião de <i>direitos pessoais</i> . A inalienabilidade, por si só, não envolve necessariamente a imprescritibilidade. Atualmente, não pairam dúvidas sobre a impossibilidade de usucapião sobre bens públicos. O art. 102 do Código Civil de 2002. Os arts. 183, § 3.º, e 191, parágrafo único, da CF de 1988.....	78
1.4.7.1 Acórdãos sobre a matéria.....	82
1.4.7.2 A impossibilidade de usucapião sobre os <i>direitos pessoais</i>	84
1.4.7.3 Coisas naturalmente insuscetíveis de apropriação e, conseqüentemente, de usucapião.....	85
1.4.7.4 Coisas juridicamente inapropriáveis ou inusucapíveis.....	85
1.4.7.5 Coisas fora do comércio	85
1.4.7.6 Bens clausulados com inalienabilidade e a usucapião. Bens naturalmente inalienáveis. Bens legalmente inalienáveis (ou legalmente indisponíveis) e bens voluntariamente inalienáveis. Bem de família	86
1.4.8 A usucapião extraordinária prescinde de justo título e boa-fé. Art. 1.238 do atual Código Civil. O art. 550 do antigo Código Civil aludia à presunção de <i>título e boa-fé</i> . Entretanto, o que ocorria era a dispensa daqueles requisitos. Explicação histórica da aludida presunção.....	88
1.4.9 <i>Sucessio possessionis</i> e <i>accessio possessionis</i> . O art. 1.243 do Código Civil de 2002 corresponde ao art. 552 do antigo Código. Diferença entre as situações do sucessor universal e do sucessor singular ou particular, no tocante à continuação ou não da posse do antecessor. Os arts. 1.206 e 1.207 do Código Civil de 2002 combinados com o art. 1.293 desse mesmo Código. A questão da soma das posses e a jurisprudência	89
1.4.10 Causas que obstem, suspendem ou interrompem a prescrição. Aplicação dessas causas à usucapião (art. 1.244 do Código Civil). Jurisprudência sobre o assunto.....	94

1.4.11	Quem pode adquirir posse <i>ad usucapionem</i> ? Situações do condômino, do concubino, do compossuidor e dos absoluta ou relativamente incapazes. Qual a situação do ausente?	102
1.4.11.1	Consumada a usucapião, é possível ao prescribente renunciar ao direito assim adquirido?	111
1.4.11.2	A renúncia ao direito adquirido por usucapião e a vacância.....	113
1.4.12	A redução do prazo para a consubstanciação da usucapião extraordinária de vinte para quinze anos (art. 1.238 do atual Código Civil, correspondente ao art. 550 do anterior). A nova disposição contida no parágrafo único do art. 1.238 e o que determina o art. 2.029 do Código Civil de 2002. Os requisitos da moradia habitual ou da realização de obras ou serviços de caráter produtivo	115

1.5	A USUCAPIÃO ORDINÁRIA	118
1.5.1	Requisitos para a usucapião ordinária (art. 1.242 do Código Civil)	118
1.5.2	Justo título. Conceito. Jurisprudência. Causas que levam à ineficácia do ato translativo do domínio. Pode haver justo título sem que haja registro? Dissídio doutrinário e jurisprudencial a respeito da matéria. Nossa opinião	120
1.5.3	A caracterização ou não do justo título deve ser examinada caso a caso. Jurisprudência: a) posse precária de locatário e justo título; b) simples recibo representativo de venda futura; c) contrato particular de cessão parcial de compromisso de compra e venda; d) área fora de metragem e da localização do imóvel vendido (título putativo); e) escritura outorgada mediante procuração falsa; f) escritura sem assinatura das partes; g) procuração em causa própria. Outros acórdãos sobre a matéria.....	127
1.5.4	Boa-fé. Conceito. Arts. 1.201 e 1.202 do atual Código Civil (correspondentes aos arts. 490 e 491 do antigo Código). Vícios objetivos e subjetivos da posse. A boa-fé, para o efeito de usucapião, há de existir ao se iniciar a posse e por todo o tempo dessa posse. Jurisprudência. Resumo de nossa opinião	130
1.5.5	O tempo na usucapião ordinária (art. 1.242 do Código Civil). A nova hipótese de usucapião prevista no parágrafo único do art. 1.242	132

- 1.5.5.1 O prazo da usucapião ordinária no Código Civil de 1916 (art. 551) e a necessidade de análise da matéria em razão da possibilidade de situações de posse *ad usucapionem* ocorridas sob a égide daquele Código e já inteiramente consubstanciadas, que, provavelmente, serão objeto de sentenças declaratórias a serem proferidas sob a vigência do Código Civil em vigor. A questão da presença e da ausência, nos termos do parágrafo único do art. 551 do Código Civil anterior. A presença e a ausência deveriam ser consideradas em relação ao Município em que estivesse situado o imóvel usucapiendo? Nossa opinião. Opiniões favoráveis e contrárias ao nosso entendimento. O critério a ser seguido deveria ser o da moradia e não o do domicílio 133
- 1.5.5.2 Como calcular o lapso prescricional, quando o interessado estivesse presente, durante certo tempo, e ausente, posteriormente..... 135
- 1.5.5.3 A norma do art. 551 do Código Civil de 1916 era extremamente complicada, tendo sido sábio o legislador de 2002 ao pôr fim à distinção entre presentes e ausentes. As condições previstas no parágrafo único do art. 1.242 do atual Código. Análise dessas condições . 137

- 1.6 USUCAPIÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS E DE OUTROS DIREITOS 139
- 1.6.1 Nem só a propriedade pode ser adquirida por usucapião; outros direitos reais podem sê-lo, também, como a enfiteuse, as servidões, o usufruto, o uso e a habitação. Usucapião e fideicomisso 139
- 1.6.2 A enfiteuse no Código Civil de 1916 (arts. 678 a 694). O atual Código Civil (art. 2.038) proibiu, expressamente, a constituição de enfiteuses e subenfiteuses, subordinando as existentes, até sua extinção, às disposições do Código anterior..... 140
- 1.6.2.1 O ADCT da Carta Magna de 1988 e a enfiteuse. A Lei federal 9.636, de 15.5.1998, e o aforamento de bens imóveis da União..... 140
- 1.6.2.2 Enfiteuse e usucapião do domínio útil..... 141
- 1.6.3 Não pode o enfiteuta pretender usucapir o domínio direto do senhorio da enfiteuse 144
- 1.6.4 Servidões prediais (arts. 1.378 a 1.389 do Código Civil de 2002). O art. 1.379 do atual Código. As servidões aparentes podem ser

	adquiridas por usucapião; as não aparentes não. E as servidões de trânsito? A ação de usucapião (art. 941 do CPC) e a servidão predial	144
1.6.5	Usufruto e usucapião	148
1.6.6	Os institutos do uso e da habilitação e a usucapião. O uso de linha telefônica constitui direito real e pode ser usucapido?....	150
1.6.7	No fideicomisso, a propriedade restrita e resolúvel do fiduciário pode ser adquirida por usucapião? Em caso positivo, qual a situação em que ficará o fideicomissário?	152
1.6.8	O instituto da passagem forçada e a usucapião. O art. 1.285, <i>caput</i> , do Código Civil de 2002.....	154
1.7	A USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA (ART. 1.240 DO CÓDIGO CIVIL)	157
1.7.1	O teor do art. 1.240 do Código Civil de 2002 e do art. 183 da CF de 1988. A institucionalização da usucapião especial urbana também no âmbito do atual Código Civil. Houve alguma utilidade nesse procedimento? A usucapião especial urbana e o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10.7.2001). A ação de usucapião especial urbana e seu rito processual	157
1.8	A USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL (ART. 1.239 DO CÓDIGO CIVIL)	160
1.8.1	O teor do art. 1.239 do Código Civil e do art. 191 da CF de 1988. Terá agido corretamente o legislador ao colocar a usucapião especial rural também sob a disciplina do atual Código Civil?	160

TÍTULO 2

A USUCAPIÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

(A AÇÃO DE USUCAPIÃO DE TERRAS PARTICULARES)

2.1	NATUREZA DA AÇÃO DE USUCAPIÃO DE TERRAS PARTICULARES PREVISTA NO ART. 941 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ALEGAÇÃO DA USUCAPIÃO EM DEFESA	165
2.1.1	A ação de usucapião prevista no art. 941 e seguintes do CPC só se aplica à usucapião extraordinária e à ordinária. A usucapião especial rural (Lei 6.969/1981) tem procedimento próprio. A usucapião especial urbana disciplinada pelo Estatuto da Cidade (arts. 9.º a 14 da Lei 10.257, de 10.7.2001) segue o rito processual sumário	165

2.1.2	Natureza da ação de usucapião de terras particulares e da sentença na mesma proferida.....	166
2.1.3	Outros direitos reais suscetíveis de serem declarados pelo emprego da referida ação.....	166
2.1.4	A figura do possuidor atual e a sua citação para a ação. Súmula 263 do STF.....	166
2.1.5	A alegação da usucapião em defesa. A Súmula 237 do STF. Acórdãos sobre a matéria.....	168
2.1.6	Pode a usucapião ser arguida em reconvenção?.....	174
2.1.7	Cabe denunciação da lide na ação de usucapião?.....	177
2.1.8	A ação de usucapião pode ser intentada na pendência de processo possessório? Análise do art. 923 do CPC.....	178
2.1.9	A ação reivindicatória e a de usucapião podem ser processadas concomitantemente?.....	181
2.2	REQUISITOS E DOCUMENTAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL.....	184
2.2.1	O conteúdo do art. 942 do CPC, que versa sobre os requisitos da petição inicial e da documentação que deve acompanhá-la.....	185
2.2.2	Juiz competente e o foro em que será proposta a ação de usucapião. Casos em que haverá deslocação da competência para a Justiça Federal. Súmula 150 do STJ. Aldeamentos indígenas: jurisprudência sobre o assunto. Área marginal a rio. Ilha costeira.....	185
2.2.3	Qualificação do autor, dos réus certos e dos eventuais interessados (ausentes, incertos e desconhecidos).....	191
2.2.4	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	192
2.2.5	O pedido com suas especificações. Pedido imediato e mediato.....	194
2.2.6	O valor da causa.....	194
2.2.7	A indicação de provas.....	195
2.2.8	O requerimento para a citação dos réus. Citação pessoal e citação por edital.....	197
2.2.8.1	Citação por edital dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados. Ausentes, incertos e desconhecidos. A citação por edital fundamenta-se em motivos subjetivos, objetivos ou legais.....	199
2.2.8.2	Prazo do edital e o que deve constar do mesmo. Menção à advertência do art. 285 do CPC (2.ª parte). Litisconsórcio passivo necessário simples.....	201

2.2.8.3	Nomeação de curador especial (ou à lide) aos réus incertos e desconhecidos (eventuais interessados) citados por edital. Incidente de uniformização de jurisprudência sobre a matéria	203
2.2.8.4	A supressão da audiência preliminar de justificação de posse, pela Lei 8.951, de 13.12.1994, que deu nova redação ao art. 942 do CPC. A audiência preliminar de justificação de posse representava verdadeiro entrave ao bom e rápido andamento da ação de usucapião de terras particulares. Exposição de Motivos do Ministro da Justiça, que acompanhou a Mensagem de que resultou a Lei 8.951/1994. A posse do autor é requisito que passa a ser provado no curso da ação, não mais se exigindo justificação preliminar da mesma. Aplicação subsidiária do procedimento ordinário à ação de usucapião de terras particulares, que tem procedimento especial. O prazo para a contestação é o previsto no art. 297 do CPC, ou seja, o de quinze dias. No mesmo prazo, poderá ser oferecida a exceção cabível. Cabe reconvenção na ação de usucapião? O início do prazo para a contestação é disciplinado pelo art. 241 do CPC.....	205
2.2.8.5	A ação de usucapião de terras particulares é ação real imobiliária, sendo necessária a citação dos cônjuges dos réus e o consentimento do cônjuge do autor para a propositura da demanda (art. 10 do CPC)	208
2.2.8.6	Intimação, por carta, dos representantes da Fazenda Pública da União, do Estado, do Distrito Federal, do Território e do Município. Caso em que aquelas entidades públicas serão citadas e não simplesmente intimadas	209
2.2.9	Documentos indispensáveis à propositura da ação de usucapião. Planta do imóvel.....	212
2.2.9.1	Outros documentos indispensáveis à propositura da ação	215
2.2.10	O art. 942, I, do CPC, com a redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 8.951, de 13.12.1994, previa a realização de audiência preliminar de justificação de posse. Não justificada a posse pelo autor, o processo seria extinto sem julgamento do mérito. O prazo para contestar a ação correria da intimação da decisão que	

declarasse justificada a posse (art. 943 do CPC com a redação anterior à decorrente da Lei 8.951/1994). A citada lei, entretanto, modificou substancialmente a matéria, suprimindo a etapa da justificação preliminar da posse. Atualmente, tanto a posse quanto os demais requisitos da usucapião deverão ser provados no curso da ação. O prazo para a apresentação da contestação passou a ser regulado pelo art. 297 do CPC c/c o art. 188 do mesmo Código, se for parte a Fazenda Pública. E tal prazo começará a correr de acordo com o disposto no art. 241 do CPC, incidindo, ainda, o art. 191 do Estatuto Processual, quando os litisconsortes tiverem procuradores diferentes..... 216

2.3	A DEFESA DOS RÉUS E O PRAZO PARA SUA APRESENTAÇÃO.....	218
2.3.1	O prazo para a contestação e apresentação de exceção, pelos réus. Aplicação subsidiária do art. 297 do CPC ao procedimento especial da ação de usucapião, por força do disposto no parágrafo único do art. 272 do Estatuto Processual, com a redação decorrente da Lei 8.952, de 13.12.1994. No tocante ao início do prazo para a contestação, incidirá a norma do art. 241 do CPC. A possível incidência dos arts. 191 e 188 do CPC	218
2.3.2	Prazo da contestação quando a Fazenda Pública for ré certa ou manifestar interesse na causa. Incidência do art. 188 do CPC .	221
2.3.3	Cabe reconvenção na ação de usucapião? E a formulação de exceções?	222
2.3.3.1	Exceção de incompetência. Incompetência absoluta e incompetência relativa. Como devem ser arguidas .	223
2.3.3.2	Exceções de impedimento e de suspeição do juiz	226
2.3.3.3	As decisões preferidas nas exceções são de natureza interlocutória. Contra as mesmas cabe agravo.....	228
2.3.4	Não havendo exceções ou repelida a formulada, toda a matéria de defesa será alegada em contestação (art. 300 do CPC)	228
2.3.5	A revelia e seus efeitos. Casos em que caberá a nomeação de curador especial	228
2.3.5.1	Na ação de usucapião forma-se litisconsórcio necessário simples e não unitário. Consequências da apresentação de contestação por um dos réus com relação ao réu ou réus reveis, no tocante ao efeito da revelia previsto pelo art. 319 do CPC (art. 320, I, do CPC) ...	230

2.3.5.2	O excessivo rigor do instituto da revelia no direito processual civil brasileiro e a mitigação proposta pelos processualistas	231
2.3.6	O procedimento ordinário adotado pelo CPC, após a contestação. A possibilidade de julgamento antecipado da lide, na ação de usucapião	233
2.3.7	Cabem embargos de terceiro no curso de ação de usucapião?..	233
2.4	O MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO DE USUCAPIÃO	235
2.4.1	O Ministério Público age como fiscal da lei, na ação de usucapião, e não como parte ou substituto processual. Intervirá obrigatoriamente, devendo ser intimado para todos os atos do processo (arts. 944 e 83, I, do CPC)	235
2.4.2	Pode o Ministério Público funcionar, concomitantemente, como fiscal da lei e curador especial? Nossa resposta é negativa	237
2.4.3	Responsabilização civil do órgão do Ministério Público por procedimento doloso ou fraudulento, no exercício de suas funções (art. 85 do CPC)	239
2.4.4	Legitimidade para recorrer, do Ministério Público (art. 499, § 2.º, do CPC). Assunção da posição de parte, no procedimento recursal. Legitimidade do Ministério Público para intentar ação rescisória	239
2.5	A SENTENÇA E O REGISTRO RESPECTIVO	240
2.5.1	A natureza declaratória da sentença proferida na ação de usucapião. Efeitos do registro da sentença. Dispositivos da Lei de Registros Públicos, que regem a matéria. O art. 1.241 do atual Código Civil e o título hábil para o registro da propriedade imóvel declarada, pelo juiz, adquirida mediante usucapião	240
2.5.2	O que devem conter a sentença e o mandado, aos quais alude o art. 945 do CPC	242
2.5.3	A sentença é oponível <i>erga omnes</i> , mas, se alguma parte que deveria ser citada não o foi, terá sido prolatada inutilmente (<i>inutiliter data</i>)	243
2.5.3.1	A sentença de improcedência da ação de usucapião e a coisa julgada material. O que é coisa julgada formal. Limites subjetivos e objetivos da coisa julgada	245
2.5.4	Efeitos gerados pela usucapião e o momento a partir do qual começam a ser produzidos	247

2.5.4.1	Outras considerações sobre os efeitos da usucapião. A opinião abalizada de Lenine Nequete.....	251
2.5.4.2	Mais alguns efeitos importantes decorrentes da usucapião.....	253
2.5.5	A sentença proferida na ação de usucapião é apelável. Prazo para a apelação quando houver litisconsortes representados por procuradores diversos e quando a Fazenda Pública for ré. Casos em que caberá o reexame necessário, nos termos do art. 475 do CPC.....	254
2.5.6	Como deve ser interpretada a expressão “satisfeitas as obrigações fiscais”, constante do art. 945 do CPC. A usucapião não está sujeita à incidência do imposto de transmissão de bens imóveis, porque se trata de modo originário de aquisição da propriedade e de outros direitos reais sobre imóveis. Jurisprudência sobre a matéria.....	255
2.5.7	Não cabem embargos à execução de sentença, na ação de usucapião.....	260

TÍTULO 3

A USUCAPIÃO
NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
DE 1988

3.1	A USUCAPIÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	263
3.1.1	O conteúdo dos arts. 183 e 191 da Constituição Federal de 1988.....	263
3.1.2	O art. 183, ao versar sobre a usucapião especial urbana, estabeleceu direito novo.....	264
3.1.3	O art. 191 reinstituiu a usucapião <i>pro labore</i> , também conhecida como usucapião especial rural ou usucapião agrária.....	264
3.2	A USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA.....	265
3.2.1	A usucapião especial urbana, instituída pelo art. 183 da Constituição, é modalidade nova de usucapião. Distingue-se, nitidamente, das demais espécies de prescrição aquisitiva.....	267
3.2.2	O <i>animus domini</i>	268
3.2.3	A posse deve ser contínua e sem oposição.....	268
3.2.4	A posse deve ser pessoal e para a moradia do prescribente ou de sua família.....	271

3.2.5	A <i>accessio possessionis</i> , a <i>sucessio possessionis</i> e a usucapião especial urbana.....	272
3.2.6	O prazo para essa espécie de usucapião é o de cinco anos.....	274
3.2.7	A área de até 250 m ² (art. 183 da CF, art. 1.240 do atual Código Civil e art. 9.º do Estatuto da Cidade) refere-se ao terreno e à construção. As dúvidas que existiam a respeito foram espancadas pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10.7.2001), art. 9.º. O Estatuto da Cidade é lei regulamentar dos arts. 182 e 183 da CF de 1988, mas não tem o valor de interpretação autêntica; pode, entretanto, esclarecer o sentido e completar aqueles dispositivos constitucionais. O art. 183 da Carta Magna e os problemas que irá acarretar para as administrações públicas municipais, no tocante às favelas	274
3.2.7.1	A posse <i>ad usucapionem</i> deve incidir, desde o início, sobre área igual ou menor do que a de 250 m ²	279
3.2.8	Qual o critério para saber se a área é ou não urbana? O da <i>destinação</i> ou da <i>localização</i> ?	280
3.2.9	A usucapião especial urbana é <i>direito novo</i> , não devendo incidir sobre as prescrições em curso, no momento da entrada em vigor da Constituição de 1988. A matéria, entretanto, nem sempre foi pacífica, tendo havido jurisprudência em sentido contrário. Atualmente, entretanto, as duas turmas do STF adotaram orientação no sentido de que se trata de direito novo, não incidindo sobre as prescrições em curso na data da promulgação do Estatuto Básico do País.....	282
3.2.9.1	Atualmente, o procedimento da ação de usucapião especial urbana é o <i>sumário</i> (art. 14 da Lei 10.257, de 10.7.2001).....	289
3.2.10	A usucapião especial urbana pode ser pleiteada tanto pelo brasileiro nato como pelo naturalizado e pelo estrangeiro residente no País. A aquisição de áreas rurais pela pessoa física e jurídica estrangeira diante do art. 190 da CF e da Lei 5.709, de 7.10.1971. As pessoas jurídicas, sejam nacionais ou estrangeiras, não podem beneficiar-se com esta modalidade de usucapião	289
3.2.11	Aquele que for proprietário de outro imóvel urbano ou rural não pode beneficiar-se com a usucapião especial urbana.....	291
3.2.11.1	A quem incumbe o ônus da prova, quanto ao requisito de não ser o usucapiente proprietário de outro imóvel urbano ou rural?	291
3.2.12	O alargamento do conceito de família decorrente do art. 226, § 3.º, da Constituição de 1988.....	292

3.2.13	O § 1.º do art. 183 da Carta Magna é verdadeira teratologia jurídica, devendo ser tido como não escrito. O mesmo se deve dizer com relação ao § 1.º do art. 9.º do Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10.7.2001), que padece da mesma eiva	293
3.2.14	A usucapião especial urbana não será reconhecida ao mesmo possuidor mais de uma vez (§ 2.º do art. 183)	296
3.2.15	Os imóveis públicos não podem ser adquiridos pela usucapião especial urbana. Discussão travada em torno das terras devolutas, consideradas não públicas por alguns autores. Nossa opinião, em sentido contrário. Revogação da Lei 6.969/1981, na parte em que permitia a usucapião de terras devolutas rurais..	296
3.2.15.1	A vedação constitucional da usucapião de imóveis públicos, constante dos arts. 183, § 3.º, e 191, parágrafo único, e sua real extensão	301
3.2.16	A usucapião especial urbana e a Justiça Gratuita	302
3.2.17	A Lei 10.257, de 10.7.2001 (Estatuto da Cidade), regulamentadora dos arts. 182 e 183 da CF de 1988, e a usucapião especial urbana (arts. 9.º a 14)	303
3.2.17.1	O art. 9.º do Estatuto da Cidade.....	303
3.2.17.2	O art. 10 do Estatuto da Cidade e a usucapião especial coletiva de imóvel urbano. Críticas ao dispositivo.....	303
3.2.17.2.1	Há quem afirme a inconstitucionalidade do art. 10 do Estatuto da Cidade. Opinião contrária do autor. Fundamentação dessa opinião. A usucapião se insere melhor no campo reservado ao Direito Privado, especialmente no Direito Civil, do que na Constituição.....	306
3.2.17.2.2	O § 1.º do art. 10 do Estatuto da Cidade e a <i>accessio possessionis</i>	308
3.2.17.2.3	O § 2.º do art. 10 do Estatuto da Cidade e a sentença declaratória da usucapião especial urbana e seu registro	309
3.2.17.2.4	O § 3.º do art. 10 do Estatuto da Cidade e a atribuição de fração ideal de terreno a cada possuidor. A diferenciação das frações ideais, por acordo escrito entre os condôminos	310
3.2.17.2.5	A indivisibilidade do condomínio especial, prevista no § 4.º do art. 10 do Estatuto da	

	Cidade, e a impossibilidade de extinção desse condomínio, salvo por deliberação de, no mínimo, dois terços dos condôminos, no caso de execução de urbanização posterior à constituição do condomínio ..	310
3.2.17.2.6	O § 5.º do art. 10 do Estatuto da Cidade e as deliberações relativas à administração do condomínio especial.....	312
3.2.18	O art. 11 do Estatuto da Cidade e o sobrestamento das ações, petições ou possessórias, na pendência da ação de usucapião especial urbana.....	312
3.2.19	O art. 12 do Estatuto da Cidade estabelece quais são as partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana.....	316
3.2.19.1	O litisconsórcio é regulado pelos arts. 46 a 49 do CPC. A conexão. O litisconsórcio necessário. Quando haverá, na opinião de Celso Agrícola Barbi. Nossa opinião sobre a natureza do litisconsórcio na ação de usucapião especial coletiva de imóvel urbano	317
3.2.19.2	O inc. II do art. 12 do Estatuto da Cidade e “os possuidores, em estado de composses”. Conceito de composses	320
3.2.19.3	O inc. III do art. 12 do Estatuto da Cidade e a associação de moradores da comunidade, como “substituta processual”, na qualidade de parte legítima para a propositura da ação de usucapião especial. Distinção entre os conceitos de representação e substituição processual. Na espécie, trata-se de representação e não de substituição processual	320
3.2.19.4	O § 1.º do art. 12 do Estatuto da Cidade e a intervenção obrigatória do Ministério Público na ação de usucapião especial urbana	322
3.2.19.5	O § 2.º do art. 12 do Estatuto da Cidade e os benefícios, para o autor, “da justiça e da assistência judiciária gratuita, inclusive perante o cartório de registro de imóveis”	322
3.2.20	O art. 13 do Estatuto da Cidade e a invocação da usucapião especial de imóvel urbano como matéria de defesa, “valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis”	322

3.2.21	O art. 14 do Estatuto da Cidade e o rito sumário a ser observado na ação de usucapião de imóvel urbano.....	323
3.3	A USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL.(ART. 191 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.).....	325
3.3.1	A usucapião especial rural, também conhecida como usucapião <i>pro labore</i> ou usucapião agrária, está prevista no art. 191 da Constituição de 1988	325
3.3.2	Essa modalidade de usucapião foi disciplinada, pela primeira vez, no art. 125 da Carta Magna de 1934	326
3.3.3	O art. 148 da Constituição de 1937	326
3.3.4	A Carta Básica de 1946 e a usucapião <i>pro labore</i> (art. 156, § 3.º)	326
3.3.5	A Emenda Constitucional n. 10, de 9.11.1964	327
3.3.6	A usucapião <i>pro labore</i> e o Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30.11.1964, art. 98).....	327
3.3.7	A omissão da modalidade na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional n. 1/1969.....	328
3.3.7.1	Polêmica em torno da vigência do art. 98 do Estatuto da Terra e de seu alcance, durante o período em que vigoraram a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional n. 1/1969. Opiniões no sentido de que só incidiria sobre terras particulares. Manifestações no sentido de que abrangeria terras públicas dominicais (terras devolutas) e terras particulares. Nosso ponto de vista	329
3.3.8	Quem pode beneficiar-se com a usucapião <i>pro labore</i>	333
3.3.9	O prescribente não pode ser proprietário de outro imóvel rural ou urbano.....	335
3.3.10	A área usucapienda deve estar situada em zona rural. Adoção do critério da <i>localização</i>	336
3.3.11	A área usucapível deve ser igual ou inferior a cinquenta hectares. É possível a redução da posse sobre área menor, ainda que, durante o quinquênio, a posse tenha ocorrido sobre área maior que a de cinquenta hectares?	336
3.3.12	O requisito do <i>animus domini</i>	338
3.3.13	Os requisitos do tempo e da posse ininterrupta e sem oposição. <i>Accessio possessionis</i> e <i>sucessio possessionis</i>	339

3.3.14	A obrigatoriedade de moradia na área rural usucapienda e o dever de o prescribente torná-la produtiva por seu trabalho ou de sua família	341
3.3.15	Os imóveis públicos não podem ser adquiridos pela usucapião especial rural. Revogação da Lei 6.969, de 10.12.1981, na parte em que permitia a usucapião de terras devolutas.....	341
3.3.15.1	Para efeito da usucapião pro labore sobre área de terras acima de vinte e cinco hectares e até cinquenta hectares, são computáveis os atos possessórios anteriores à entrada em vigor da Constituição de 1988?	342
3.3.16	Será possível a incidência da usucapião pro labore sobre área inferior ao módulo rural?	343

TÍTULO 4

A USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL DISCIPLINADA PELA LEI 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981

4.1	A USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL NA LEI 6.969, DE 10.12.1981	351
4.1.1	Considerações preliminares – A <i>Mensagem</i> que acompanhou o projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo e que deu origem à Lei 6.969/1981	351
4.2	O ART. 1.º DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	355
4.2.1	O teor do art. 1.º da Lei 6.969/1981	355
4.2.2	Quem pode se beneficiar da usucapião pro labore	355
4.2.3	O prescribente não pode ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural. Como se faz a prova desse requisito	356
4.2.4	O <i>animus domini</i>	357
4.2.5	O <i>tempo</i> necessário para esta modalidade de usucapião e seu relacionamento com os requisitos de pessoalidade da posse, moradia na área rural usucapienda e produtividade da área pelo trabalho do prescribente ou de sua família	357
4.2.6	A área rural usucapável deve ser contínua e não poderia exceder a vinte e cinco hectares. O limite foi aumentado para cinquenta hectares, pela Constituição de 1988. Qual a situação das posses iniciadas antes da Carta Magna de 1988, no tocante ao limite maior (cinquenta hectares)?.....	357

4.2.6.1	Se a posse do prescribente incidir sobre área maior que a de cinquenta hectares, poderá ele reduzi-la àquele limite, ou menos, a fim de beneficiar-se com a usucapião <i>pro labore</i> ?	359
4.2.6.2	Será possível ao prescribente usucapir, por esta modalidade, área inferior à do módulo rural? Análise do parágrafo único do art. 1.º em confronto com o art. 191 da Constituição de 1988	359
4.2.7	A área usucapienda deverá tornar-se produtiva, pelo trabalho do usucapiente ou de sua família	361
4.2.8	Qual o critério para caracterização da área como rural: o da localização ou o da destinação?	362
4.2.9	A dispensa dos requisitos do <i>justo título</i> e da <i>boa-fé</i>	363
4.2.10	Efeitos da sentença e de seu registro. A sentença é meramente declaratória	363
4.2.11	O parágrafo único do art. 1.º. Sua análise no item 4.2.6.2	364
4.3	O ART. 2.º DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	365
4.3.1	O teor do art. 2.º da Lei 6.969/1981 e o gênero da palavra <i>usucapião</i>	365
4.3.2	O art. 191, parágrafo único, da Constituição de 1988 revogou a Lei 6.969/1981, na parte em que permitia a usucapião <i>pro labore</i> sobre terras devolutas. A questão, entretanto, não é pacífica	366
4.3.3	Nos períodos em que vigoraram o art. 98 do Estatuto da Terra e, depois, a Lei 6.969/1981, eram usucapíveis <i>pro labore</i> as terras devolutas tanto da União, Estados e Territórios quanto as dos Municípios? Terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal. Terras devolutas localizadas na faixa de fronteira	370
4.3.3.1	Restrições à usucapião <i>pro labore</i> sobre áreas indispensáveis à segurança nacional. O Dec. 87.040, de 17.3.1982, que especificou as áreas indispensáveis à segurança nacional insuscetíveis de <i>usucapião especial</i> ou <i>pro labore</i> . As terras particulares não estão abrangidas pelo disposto no art. 3.º do mencionado decreto	374
4.3.3.2	As terras devolutas na Constituição de 1988	376
4.3.4	A <i>usucapião especial rural</i> não prejudica outros direitos conferidos ao possessor, pelo Estatuto da Terra ou pelas leis que dispõem sobre o processo discriminatório de terras devolutas	377

4.4	O ART. 3.º DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	379
4.4.1	O teor do art. 3.º da Lei 6.969/1981	379
4.4.2	A usucapião especial rural e as áreas indispensáveis à segurança nacional	379
4.4.3	A usucapião especial não ocorrerá nas terras habitadas por silvícolas	380
4.4.4	A usucapião especial não incidirá sobre áreas de interesse ecológico, consideradas como tais as reservas biológicas ou florestais e os parques nacionais, estaduais ou municipais	382
4.4.4.1	Aos ocupantes de áreas insuscetíveis de usucapião especial, no momento da entrada em vigor da Lei 6.969/1981, o art. 3.º assegurou a preferência para assentamento em outras regiões	384
4.4.5	O parágrafo único do art. 3.º da Lei 6.969/1981 e o Dec. 87.040, de 17.3.1982. A revogação do Dec.-lei 1.164, de 1.4.1971, pelo Dec.-lei 2.375, de 24.11.1987. Consequências	384
4.5	O ART. 4.º DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	387
4.5.1	O teor do art. 4.º da Lei 6.969/1981	387
4.5.2	A ação de usucapião especial é ação real imobiliária. É, também, ação de natureza declaratória e, <i>ex vi legis</i> , deve ser proposta no foro de situação do imóvel	388
4.5.3	Revogação do § 1.º do art. 4.º, na parte em que determinava caber ao Ministério Público local, em primeira instância, a representação judicial da União	390
4.5.4	O § 2.º do art. 4.º e o reconhecimento administrativo da usucapião especial, em consonância com o disposto nos §§ 3.º e 4.º. O Dec. 87.620, de 21.9.1982, que dispôs sobre o procedimento administrativo para o reconhecimento da aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais compreendidos em terras devolutas	391
4.6	O ART. 5.º DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	395
4.6.1	O teor do art. 5.º da Lei 6.969/1981	395
4.6.2	A ação de usucapião especial não segue o rito sumaríssimo (atualmente sumário), apesar do disposto no <i>caput</i> do art. 5.º. O debate da questão em acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A opinião do Desembargador Athos Gusmão Carneiro, perfilhada por Galeno Lacerda e Adroaldo Furtado Fabrício, entre outros	396

4.6.2.1	O ponto de vista de Natal Nader e Néilson Luiz Pinto, no sentido da existência de dois procedimentos distintos para a usucapião especial: a) o sumaríssimo e b) o análogo ao da ação de usucapião de terras particulares (arts. 941 a 945 do CPC). Acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais	400
4.6.2.2	As opiniões de Tupinambá Miguel Castro do Nascimento e de Lenine Nequete, adotando posição semelhante à do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	401
4.6.2.3	Nosso entendimento sobre a questão	402
4.6.2.4	A audiência preliminar de justificação de posse (§ 1.º do art. 5.º) é facultativa. Cautelas a serem tomadas para as citações dos interessados, que valerão para todos os atos do processo	404
4.6.3	A dispensa da juntada de planta do imóvel usucapiendo, com a petição inicial, na ação de usucapião <i>pro labore</i>	405
4.6.4	O requerimento para a realização de audiência preliminar de justificação de posse é meramente facultativo, nesta ação. Disso não se deve inferir, entretanto, que não haja justificação de posse por outros meios. A opinião de Athos Gusmão Carneiro a respeito	406
4.6.5	A defesa dos réus na ação de usucapião especial	407
4.6.6	A intervenção obrigatória do Ministério Público. Alegação de usucapião em defesa. Controvérsia sobre a necessidade ou não de, nesse caso, ser intimado o Ministério Público	407
4.7	O ART. 6.º DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	409
4.7.1	O teor do art. 6.º da Lei 6.969/1981	409
4.7.2	A assistência judiciária gratuita é garantia constitucional	409
4.7.3	Não só as custas judiciais são abrangidas pela assistência judiciária gratuita; também o são as demais despesas do processo	410
4.7.4	Presunção de necessidade decorrente do disposto no art. 6.º, sujeita, entretanto, à refutação pela parte contrária. O art. 4.º da Lei 1.060, de 5.2.1950, com a redação derivada da Lei 7.510, de 4.7.1986	411
4.7.5	Penalidades aplicáveis aos que afirmarem a condição de pobreza, sem a terem. Os arts. 4.º, § 1.º, da Lei 1.060/1950 e 6.º, parágrafo único, da Lei 6.969/1981	411

4.7.6	Outras disposições sobre assistência judiciária gratuita, constantes do CPC e do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906, de 4.7.1994, arts. 22, § 1.º, e 34, XII)	412
4.7.7	Impugnado o direito à assistência judiciária, nem por isso se suspende o curso do processo. A impugnação será feita em autos apartados (§ 2.º do art. 4.º da Lei 1.060/1950, com a redação que lhe foi dada pela Lei 7.510/1986)	412
4.7.8	Jurisprudência sobre assistência judiciária gratuita.....	412
4.8	O ART. 7.º DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	414
4.8.1	O conteúdo do art. 7.º da Lei 6.969, de 10.12.1981	414
4.8.2	A usucapião especial invocada em defesa e a real eficácia da sentença levada a registro nos termos do art. 7.º. A <i>coisa julgada material</i> não atinge os que não foram citados nem cientificados para a ação, apesar do registro da sentença que acolheu a usucapião especial, arguida em defesa. Nossa opinião. Os pontos de vista de Athos Gusmão Carneiro, Lenine Nequete e Tupinambá Miguel Castro do Nascimento. Jurisprudência	414
4.9	O ART. 8.º DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	418
4.9.1	O conteúdo do art. 8.º da Lei 6.969/1981	418
4.9.2	A imunidade estabelecida pelo § 6.º do art. 21 da Constituição Federal de 1967, com a redação decorrente da Emenda Constitucional n. 1/1969, e o <i>caput</i> do art. 8.º da Lei 6.969/1981. A não incidência do imposto sobre a propriedade territorial rural adquirida por usucapião especial, com área igual à do módulo rural, prevista pelo parágrafo único do art. 8.º	418
4.9.3	A revogação do art. 8.º da Lei 6.969/1981, provocada pelo advento da Constituição Federal de 1988. A <i>imunidade</i> estabelecida pelo § 4.º do art. 153 da Lei Maior em vigor, dependente, entretanto, de lei regulamentadora e definidora	420
4.9.4	O aumento, para cinquenta hectares, da área usucapível (art. 191 da Constituição) e a <i>imunidade</i> instituída pelo § 4.º do art. 153 do Estatuto Básico	422
4.9.5	A lei definidora a que alude o § 4.º do art. 153 da Constituição deveria ser <i>complementar</i> ou poderia ser <i>ordinária</i> ?	423
4.10	O ART. 9.º DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	425
4.10.1	O teor do art. 9.º da Lei 6.969/1981	425
4.10.2	A evidente falha de redação contida na expressão “O juiz de causa”, constante do referido preceito legal.....	425

4.10.3	A providência prevista no art. 9.º pode ser requerida, no curso da ação, sempre que necessário, tenha ou não sido realizada a audiência preliminar de justificação de posse.....	425
4.11	O ART. 10 DA LEI 6.969, DE 10.12.1981, E O ADVENTO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. CONSEQUÊNCIAS.....	427
4.11.1	O conteúdo do art. 10 da Lei 6.969/1981. A redação que deu ao § 2.º do art. 589 do antigo Código Civil (de 1916). A redação anterior do referido parágrafo	427
4.11.2	Razões que levaram o legislador a dar nova redação ao § 2.º do art. 589 do Código Civil anterior, que, aparentemente, nada tinha a ver com a usucapião especial rural. A arrecadação de imóveis abandonados, como bens vagos, e sua destinação posterior. A usucapião especial rural e a possibilidade de sua incidência sobre imóveis abandonados, enquanto não arrecadados.....	428
4.11.3	O advento do Código Civil de 2002 e seus arts. 1.275 e 1.276. <i>Renúncia e abandono</i> não se confundem, sendo modos distintos de extinção da propriedade imóvel.....	428
4.11.4	O teor do art. 1.276, <i>caput</i> , do atual Código Civil. O abandono do imóvel urbano. Arrecadação, vacância e posterior propriedade do Município ou do Distrito Federal. O abandono do imóvel situado em zona rural (§ 1.º do art. 1.276). Arrecadação, vacância e propriedade da União. Efeito importantíssimo da arrecadação. A possibilidade de incidência da usucapião sobre imóveis abandonados, mas não arrecadados. A opinião de Lenine Nequete a respeito dessa questão. Nosso ponto de vista. O não uso da propriedade imóvel, por si só, não gera a perda do domínio. Abandono e não uso também não se confundem.....	430
4.11.5	Coisas sem dono ou <i>adéspotas</i> . O elemento intencional no abandono. Coisas <i>adéspotas</i> e usucapião. Jurisprudência	432
4.11.6	A hipótese prevista no art. 1.276 do atual Código Civil não se confunde com a da herança jacente, a que aludem os arts. 1.819 e ss. desse diploma	434
4.11.6.1	A vacância poderá decorrer de abandono ou de herança jacente. A vacância, nesses casos, e a usucapião. Jurisprudência a respeito. Divergência	435
4.11.6.2	Nossa posição, no tocante à matéria constante do item anterior	438
4.12	O ART. 11 DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	440

4.12.1	O conteúdo do art. 11 da Lei 6.969/1981	440
4.12.2	O período de <i>vacatio legis</i> e a data de vigência da Lei 6.969/1981	440
4.12.3	As situações de usucapião <i>pro labore</i> iniciadas sob a égide do art. 98 do Estatuto da Terra e a redução de prazo estabelecida pelo art. 1.º da Lei 6.969/1981. Nosso entendimento no sentido de que a redução aludida beneficiou as situações de usucapião em curso, no momento da entrada em vigor da Lei 6.969/1981	441
4.12.3.1	A opinião contrária de Lenine Nequete sobre a questão versada no item anterior	442
4.12.3.2	O ponto de vista parcialmente divergente de Tupinambá Miguel Castro do Nascimento. Ao Poder Judiciário, no exame dos casos concretos que lhe forem submetidos, caberá dirimir as dúvidas que a matéria tem ensejado	443
4.13	O ART. 12 DA LEI 6.969, DE 10.12.1981	445
4.13.1	A redação do art. 12 da Lei 6.969/1981	445
4.13.2	A revogação do art. 98 do Estatuto da Terra pela Lei 6.969/1981. Data de entrada em vigor desta última lei	445
4.13.3	O art. 20 da Lei 4.947, de 6.4.1966, que pune, com pena de detenção, os invasores de terras públicas, e a Lei 6.969/1981, que autorizava a posse <i>ad usucapionem</i> de terras devolutas. A opinião de Natal Nader, no sentido da revogação parcial do citado art. 20 pela Lei 6.969/1981	446
4.13.3.1	Nossa opinião sobre o mesmo assunto, em sentido contrário. O ponto de vista de Paulo Torminn Borges	447

SEGUNDA PARTE

A USUCAPIÃO DE BENS MÓVEIS

1.	A USUCAPIÃO ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE BENS MÓVEIS	453
1.1	Considerações gerais sobre a usucapião de bens móveis. A escassez da jurisprudência sobre o assunto.....	453
1.2	A usucapião do direito real de uso de linha telefônica, sendo tal direito considerado bem móvel para os efeitos legais. Jurisprudência.....	455

1.3	O art. 1.260 do atual Código Civil e a usucapião ordinária de coisa móvel. Requisitos. Vícios da posse: violência, clandestinidade e precariedade. Os fâmulos da posse. Jurisprudência	456
1.4	O art. 1.261 do Código Civil de 2002 e a usucapião extraordinária de coisa móvel. O art. 1.262 do atual Código Civil. Requisitos da usucapião de coisa móvel.....	459
1.5	Aplica-se à usucapião de coisas móveis o disposto nos arts. 1.243 e 1.244 do Código Civil em vigor	460
1.6	A regra <i>en fait de meubles, la possession vaut titre</i> , vigorante no direito francês, diferencia-se da estabelecida em nosso direito	460
1.7	Procedimento a ser seguido na ação de usucapião de bens móveis. Dúvidas a respeito	461
1.7.1	A lamentável omissão do legislador, no tocante ao procedimento da ação de usucapião de bens móveis. Críticas do autor.....	462

TERCEIRA PARTE

O ARTIGO 1.228, §§ 4.º E 5.º, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 CONSTITUI MODALIDADE NOVA DE USUCAPIÃO?

1.	O ARTIGO 1.228, §§ 4.º E 5.º, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 CONSTITUI MODALIDADE NOVA DE USUCAPIÃO?.....	467
1.1	Os §§ 4.º e 5.º do art. 1.228 do atual Código Civil versam sobre um novo modo de perda da propriedade que, apesar de não individualizada no art. 1.275 do referido diploma, está abrangida na expressão “além das causas consideradas neste Código”, constante daquele dispositivo. Além de modo de perda é, por outro lado, modalidade de aquisição da propriedade.....	467
1.2	Há quem considere os §§ 4.º e 5.º do art. 1.228 do atual Código Civil como configuradores de nova espécie de usucapião especial. A opinião, nesse sentido, do Prof. Carlos Alberto Dabus Maluf. Nossa opinião, entretanto, é divergente. O que são “conceitos vagos”. No caso do art. 1.228 do Código atual, os “conceitos vagos” ali mencionados são de difícil interpretação. Críticas ao preceito.....	468
1.3	Para o Prof. Miguel Reale, os §§ 4.º e 5.º do art. 1.228 estariam a conferir “poder expropriatório” ao juiz, o que não é consagrado em nenhuma legislação. Nossa opinião a respeito	470

QUARTA PARTE

A USUCAPIÃO E O DIREITO
INTERTEMPORAL

1.	A USUCAPIÃO E O DIREITO INTERTEMPORAL.....	475
1.1	O período de <i>vacatio legis</i> do Código Civil brasileiro de 2002. A data em que entrou em vigor	475
1.2	O conteúdo do art. 2.028 do atual Código Civil, inserto nas Disposições Finais e Transitórias do Livro Complementar, estabelece uma regra de direito intertemporal. A redução dos prazos da usucapião extraordinária e da usucapião ordinária. A nova regra de direito intertemporal constante do art. 2.028 do Código Civil de 2002. No tocante à usucapião de bens móveis, não houve redução nos prazos da usucapião extraordinária (art. 1.261) e da usucapião ordinária (art. 1.260).....	475
1.3	O art. 2.029 do Código Civil de 2002 também contém disposição de direito intertemporal e de exceção à regra estabelecida no art. 2.028. Teor deste último artigo. Nosso ponto de vista, relativamente à interpretação dos arts. 2.028 e 2.029 do atual Código Civil.....	476

APÊNDICE

1.	LEGISLAÇÃO	481
	Constituição Federal de 1988	481
	Constituição Federal de 1934	481
	Constituição Federal de 1937	482
	Constituição Federal de 1946	482
	Código Civil de 2002.....	484
	Código de Processo Civil	486
	Decreto 22.785/1933	487
	Decreto -lei 720/1938	487
	Decreto-lei 9.760/1946.....	488
	Lei 4.504/1964	488
	Lei 6.969/1981	489
	Decreto 87.040/1982	492
	Decreto 87.690/1982.....	493
	Lei 10.257/2001	494
2.	SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	497
3.	SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	499
	BIBLIOGRAFIA.....	501
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	507